

Atravessamentos na pandemia: relatos maternos sobre moradia, escola e pesquisa

Crossings in the pandemic: maternal reports on housing, school and research

¹ Bethania Bittencourt bethania1707@gmail.com

² Marcela Moraes de Castro

RESUMO

O relato apresentado problematiza o cotidiano de duas mulheres, articulado pelos pares mulher-pesquisadora, mulher-docente, mulher-mãe, no período do isolamento social, causado pela pandemia do coronavírus (Covid-19), como efeito da política de ensino remoto, conforme estabelecido pela rede estadual de educação do Rio de Janeiro (RJ). Analisamos que o contexto pandêmico de suspensão das atividades escolares presenciais potencializa o par que articula a relação mulher-mãe e mulher-docente sem, contudo, significar um afrouxamento do par mulher-pesquisadora, quando o campo de estudos em políticas públicas educacionais anuncia sua efervescência, nas disputas entre os sujeitos que circulam no executivo e no legislativo do RJ. No contexto do ensino remoto, insistimos que o planejamento para a oferta deste configura saídas que potencializam o uso das tecnologias no atendimento das demandas das famílias da rede pública e clientela da escola privada.

Palavras-chave: Mulher. Ciência. Carreira acadêmica. Experiência de vida. Política de ensino remoto. Covid-19.

ABSTRACT

In the time of social isolation, the text discusses the daily routine of two women as an effect of remote education policy established by the state of Rio de Janeiro (RJ). In this context, we articulate our workload with the idea of three different functions that are demanded: as researchers, as teachers and as mothers. We analyze that the pandemic context of suspension of school activities gradually strengthens the pair that articulates the connection between the woman with the mother and the woman with the figure of the teacher without, however, decrease the degree of the pair that articulates the woman as a researcher, when the field of studies in educational public policies announces many disputes between the executive and legislative fields of RJ. In the context of remote education, we insist that planning is a key hole to offer the provision of this type of education in a way that enhance the use of technologies to meet the demands of families in both public and private schools.

Keywords: Women. Science. Academic career. Life path. Remote education policy. Covid-19.

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. marcelamoraesdecastro@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este texto problematiza um ciclo de situações resultante da pandemia do coronavírus (Covid-19), vivenciado por duas mães, profissionais da educação, doutorandas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadoras em políticas públicas educacionais, o qual tensiona a relação mulher - pesquisadora - mãe. Nossos estudos acadêmicos articulam-se à análise da democracia na escola, considerando-a como um processo contínuo, a partir de textos políticos e dos sujeitos que significam, nos espaços representativos da sociedade civil e política, a gestão escolar, assumindo como interlocutores, Amaral (2016), Amaral e Castro (2019), Castro e Amaral (2019) e Lima (2014; 2017; 2018).

A experiência como mãe inscreve-se no percurso formativo de filhos³ em idades distintas - seis, nove e quinze anos - e está mobilizada pela problematização do ensino remoto nas escolas do estado do Rio de Janeiro, por meio das tecnologias da informação e da comunicação, durante o contexto pandêmico⁴, instituída pela Circular Interna (CI) nº 26, expedida pela Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e pela Subsecretaria de Gestão da Rede de Ensino (SUGEN) através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), em 23 de abril de 2020. Carolina, matriculada em uma instituição da rede privada de escolas na Baixada Fluminense, acedeu ao ensino remoto por uma demanda encaminhada pela comunidade de responsáveis. Enquanto João e Luca, matriculados em uma escola pública da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), vinculada à Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), usufruem da plataforma de ensino para o contato pedagógico. Embora a trajetória de cada cientista seja uma construção singular, pois relaciona-se à história de vida de cada uma, ela pode também assumir uma dimensão coletiva, pois trata-se de uma história vivida num tempo histórico determinado, localizada num contexto cultural, histórico e social específicos (SILVA, RIBEIRO, 2014)

Na cena contemporânea, o anúncio do isolamento social, necessário à contenção da Covid-19, implicou a suspensão de aulas presenciais para a rede pública e privada do estado, mas não a suspensão das atividades de pesquisa, às quais estamos vinculadas. Conseqüentemente, se no distanciamento, um determinado tipo de sociabilidade ficou em suspenso, a partir de uma lógica irreduzível de proteção à vida - fato permitido apenas para uma parcela de mulheres -, para a maioria este fator significou um acúmulo de diferentes funções em seus locais de moradia, sem uma garantia institucional - quando estas existiam - relativa ao espaço do trabalho, ou da escola. Para nós, neste período em que pudemos nos beneficiar⁵ do isolamento, ficou evidenciado o tempo social que a escola configura na organização de nossas vidas, e, sobre este tempo capaz de assentar nosso cotidiano, é que gostaríamos de trazer para o diálogo, pois, em larga medida, pudemos conferir como o nosso fazer diário, e o de uma parcela significativa de mulheres, está - ou estava - articulado àquele tempo da escola. Numa relação de contiguidade, planejávamo-nos no/pelo tempo que a instituição nos ofertava. Dessa maneira, os espaços que exigiam a nossa inserção mantinham relação com os turnos escolares.

3 No texto, identificamos os filhos pelos seus nomes próprios, pois a eles foi dado o direito de decidir sobre esta possibilidade, pois sustentamos, em acordo com Lima (2014), que o poder de decisão é o que confere valor às práticas democráticas. Assim, explicamos do que se tratava a escrita e perguntamos a cada um de que modo gostaria que sua identidade aparecesse no relato, apresentando-lhe também a opção do uso de nome fictício, o qual ele escolheria. Com decisão unânime assumimos o uso dos seus primeiros nomes.

4 O texto foi escrito na primeira semana do mês de agosto de 2020. Consideramos este um dado importante a ser mencionado, pois outros encaminhamentos sobre o ensino no formato virtual foram assumidos por uma das duas escolas em que nossos filhos encontram-se matriculados.

5 Utilizamos o significante benefício por entender que uma parcela significativa da população não pôde cumprir o isolamento social, por questões de necessidade material em decorrência da busca pela manutenção das condições de subsistência. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de maio a julho, o desemprego alcançou 13,1 milhões de pessoas no Brasil. A taxa, calculada trimestralmente, foi de 13,8%, com um aumento no período de fevereiro a abril de 2020, quando atingiu seu o patamar de 12,6%. O segundo trimestre do ano de 2020 marca o maior patamar da série histórica do IBGE, iniciada em 2012. Segundo o instituto, a diferença percentual do desemprego foi de 14,4% para as mulheres, maior que para os homens, 12%, no último período analisado, muito embora estes tenham tido um rendimento médio mensal 28,7% maior que o das mulheres em 2019. Disponível em: 1) https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego; 2) <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam- quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019>. Consultado em: 14 out. 2020.

Em vista disso, entendendo que agora vimos nos articulando a partir do espaço-tempo da casa às nossas atividades de pesquisa, agregadas às funções maternas, professorais e apostando que um texto que verse sobre a relação da mulher numa escrita constitui-se como uma ação política capaz de contestar, mesmo que tangencialmente, as relações de uma sociedade que traz como herança a força de um legado patriarcal, que como afirmam Silva e Ribeiro (2014), configura-se mais difícil para a mulher assumir uma trajetória de carreira científica, quando o seu trabalho ainda não está assegurado pelas instituições sociais apropriadas para oferecer condições de possibilidade que o facilitem. Assim é que tecemos o nosso relato para esta produção, isolamos - de tantas outras que somos - a nossa parte de mulher-pesquisadora, mulher-professora e de mulher-mãe, com o propósito de dialogarmos com os desafios que nos constituem neste contexto pandêmico: o de colocar a vida em suspenso em função da atenção às atividades maternas, para entrar no debate da cena política educacional em efervescência no estado do Rio de Janeiro.

Nossas questões surgidas na pauta da agenda política do estado pela opção de implementação do ensino remoto na rede estadual de escolas públicas e privadas, assumida de diferentes modos no contexto da escola para a casa, inquieta-nos como pesquisadoras, professoras e mães, em duas questões: é possível escolarizar a casa? E, desta (im)possibilidade, decorre-nos: o que pode acontecer se nossas crianças/jovens não puderem voltar a estudar em um ano?

Atentas quanto às movimentações das políticas em cena, nossas discussões como pesquisadoras articulam-se ao espaço da casa e, em relação aos nossos filhos, de modo mais intenso, pois como professoras e pesquisadoras o tempo em suspenso só o é a um passo de fora do pé da porta de nossas moradias. Dentro, o acúmulo de fazeres assume a ideia na qual agir na urgência, a fim de compreender as políticas as quais constituem-se como demandas para a escola, configura-se como uma de nossas pautas diárias, na ordem do imponderável.

Este relato divide-se em outras 4 seções nas quais buscamos debater as nossas experiências no decorrer da pandemia e nas considerações parciais, que podem ser consideradas como registros e questões do que temos vivido no processo de escolarização da casa. Na segunda parte contextualizamos a cena política do estado e o efeito desta em nossas relações cotidianas, associado ao uso das plataformas de ensino. Em seguida, trazemos a experiência de escolarização da casa, quando o debate situa-se entre uma política de caráter obrigatório do ensino *online* e a opção pelo contato pedagógico virtual. Na quarta parte apontamos como as experiências com a comunidade de responsáveis distanciam-se dos nossos diálogos. Finalmente, entre diálogos e ações que nos atravessam ponderamos sobre questões atravessam-se em nossos que passam a configurar o contexto da relação escola-casa.

2 A VIDA EM SUSPENSÃO? CENA POLÍTICA EM EFERVESCÊNCIA.

Foi no dia 13 de março de 2020, uma sexta-feira, em que saímos para trabalhar, levar os filhos à escola e realizar funções cotidianas que, em meio às notícias da chegada do vírus ao Brasil, sob orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), houve a suspensão de diversas atividades, dentre elas, as da escola e as atividades não essenciais. A suspensão, anunciada pelo Decreto nº 46.970/2020 (RIO DE JANEIRO, 2020), justificava-se, pois estudos mostravam a eficácia das medidas de afastamento social precoce para restringir a disseminação da Covid-19. Como alunas de doutorado, tivemos também as aulas suspensas, mas, como pesquisadoras de uma linha de Políticas e Instituições Educacionais, o cenário da política alçou lugar de atenção na cena, por meio de discussões que associavam-se à suspensão das atividades escolares. Por conseguinte, o debate no campo político não cessou e a nossa atenção ficava cada vez mais direcionada para as decisões dos poderes legislativo e executivo do estado do RJ. As tomadas de decisão do executivo, à revelia da participação da comunidade, colocavam em ebulição os debates sobre a escola, diante do avanço da pandemia. Enquanto diferentes atores disputavam a cena política e concorriam quanto a possibilidade de atividades pedagógicas complementares ou letivas, o diálogo no grupo de pesquisa aumentava, pois o resultado de tal decisão nos afetaria tanto no âmbito de nossas pesquisas, bem como enquanto mães.

A política educacional de aprendizagem virtual através do ensino remoto para a rede pública e privada foi decidida pelo executivo no dia 16 de março de 2020, sem planejamento - visto que somente alguma sistematização foi construída pela CI nº 26, (SEEDUC/SUGEN, 2020), um mês após o início das atividades virtuais. Para nós, o recurso da plataforma Google como mediador da relação ensino-aprendizagem pode ser considerado o corte que marca a intensificação dos debates sobre escola no RJ. A orientação do estado, que a princípio não oferecia uma explicação objetiva, ativava a necessidade de entender a opção por este formato de ensino, na medida em que, num espaço de três dias, a rede estadual vinculada à SEEDUC, já havia sistematizado as matrículas da rede nesta plataforma privada de ensino, canais de televisão e promessa de envio de material didático, enquanto outro grupo da rede do estado, o das escolas vinculadas à rede FAETEC, ainda não havia se posicionado com relação a tal possibilidade. Similarmente à SEEDUC, o ensino privado assumia plataformas outras, pois este seria o meio para justificar a continuidade do pagamento dos serviços educacionais.

Desta forma, as atividades remotas prometiam seguir o curso do ano letivo, oferecendo um senso de normalidade para o social, através continuidade da vida escolar. Uma opção que ensejou uma demanda para outras escolas que até o momento não haviam adotado esta modalidade de ensino como possibilidade. Logo, as famílias, clientela da rede privada da escola de Carolina, desejosas que a educação e o ensino seguissem adiante, ainda que a escola não estivesse preparada para este modo de operar, solicitavam tal formato, mesmo sem que as crianças tivessem a experiência com as tecnologias, numa relação que implica um processo de auto-aprendizagem. Então, diversas plataformas, sites, redes sociais, aplicativos foram adotados na tentativa de dinamizar, de forma emergencial, uma forma de ensinar.

Tais contextos ganhavam relevo para pensar a dimensão política da escola, numa outra ordem de normalidade na qual esta instituição começava a ser (re)territorializada - para o espaço privado casa - por uma demanda incontornável: o estado de excessão imposto pela Covid-19. A escola, trazida para lugar de morada do estudantes, assumia desafios múltiplos e acentuava o risco de pulverização da defesa por uma escola de acesso de todos, visto que a opção do estado por uma educação remota partia, desde o início de sua proposta, de uma perspectiva que minimizasse as perdas educacionais, uma vez que o pressuposto da desigualdade inscreve-se na sociedade brasileira. Desse modo, a agenda política educacional também nos relegava pouca escolha, pois entender de que modo seria possível construir uma escola democrática, para todos, de qualidade e socialmente referenciada fazia-se - e ainda faz-se urgente. Mais ainda quando levamos em consideração a realidade da necessidade prover meios de acesso às ferramentas tecnológicas e quando entendemos que muitas famílias dependem do espaço institucional escolar para além da dimensão pedagógica: na garantia da alimentação e segurança, por exemplo - quando analisamos os índices de violência que assolam, neste período, as crianças: principalmente mulheres jovens⁶ e jovens negros⁷.

Neste contexto, o direito ao distanciamento não se anunciou de forma estável para todos, mas para nós este se intensificava. Estamos no grupo daqueles que podem desfrutar de tal privilégio: não visitávamos familiares, evitávamos as idas à rua e o medo se instalava, em decorrência das informações de outros países que lidavam de forma responsável com a Covid-19. No Brasil, com nenhuma proteção do governo, a linha abissal que divide a população entre aqueles que têm acesso aos bens materiais e simbólicos anunciava a única certeza deste tempo: enquanto o número de mortos e infectados crescia exponencialmente, estes denunciavam qual parcela da população seria mais afetada. Em nós, crescia um outro sentido da vida, imergíamos no paradoxo de que o cuidado e o afeto eram manifestados quando fisicamente afastados.

6 Disponível em: <https://www.mapadoacolhimento.org>. Consultado em: 04 jul. 2020.

7 Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/em-pauta/2012/11/mapa-da-violencia-professor-alerta-para-pandemia-de-mortes-de-jovens-negros>. Consultado em: 04 jul. 2020.

3 A NOVA CENA DOMICILIAR

Se a cena política do campo educacional nos inquietava e borbulhava aos nossos olhos, a cena dos nossos espaços domiciliares se transformava também. Assim, a casa passava ser preenchida com outras funções: os debates no grupo de pesquisa assumiam o caráter não obrigatório com o objetivo de manutenção do vínculo, na medida em que as orientações da suspensão das aulas presenciais na universidade eram respeitadas. As crianças passaram a estar em tempo integral em casa, revezando-se entre seus cômodos, a mesa das refeições transformava-se em um escritório improvisado ou em uma mesa de estudos passando também a abrigar, por muitas vezes, o computador quando todos na casa assumiam, simultaneamente, atividades remotas diversas. Se antes as mulheres, num tempo de uma dita normalidade, já se dividiam entre diversas funções (mães, companheiras, filhas, trabalhadoras, pesquisadoras), em tempos de pandemia vimos diversas notícias⁸ de que a produção científica das mulheres foi significativamente afetada. Sobre a inserção da mulher no campo científico, Silva e Ribeiro (2014) chamam atenção para o modo no qual esta relação se estrutura:

A trajetória das mulheres na ciência é constituída numa cultura baseada no “modelo masculino de carreira” (VELHO, 2006) que envolve compromissos de tempo integral para o trabalho, produtividade em pesquisa, relações academicamente competitivas e a valorização de características masculinas que, em certa medida, dificultam, restringem e direcionam a participação das mulheres nesse contexto (p. 451).

Tal cenário, vem assim impactando a possibilidade de dedicação das mulheres nas atividades de pesquisa. Na falta dos espaços institucionais os quais já não podiam atender aos filhos - deixando de garantir-nos um *locus* propício de sociabilidade, de crescimento e desenvolvimento pedagógico -, passamos a cuidá-los sem contar também com a rede de apoio do entorno, que salvaguardavam os momentos de exclusiva dedicação à leitura, produção de textos para revistas, projetos, dentre outras exigências. Isso posto, enquanto este coletivo se encolhia por necessária prudência, passamos a assumir maior atenção com outras pessoas, amigos ou familiares, que compunham os grupos de risco: aquelas com comorbidades as quais, também, devíamos proteger.

Como grandezas inversamente proporcionais, as tarefas domésticas cresciam num ritmo acelerado na medida em que o apoio se contraía. Para nós, a nova organização familiar denunciava a importância da necessidade da colaboração coletiva em nossas vidas. Esta nova cena, que abrigava antes momentos de silêncio e solidão para o estado de privacidade necessário à produção do conhecimento científico, passa a estar constantemente movimentada com o convívio intensificado de seus membros. Outras novas rotinas se instauraram: a escolha de quem vai à rua adquirir os alimentos necessários para o cotidiano e adoção de protocolo de saída e chegada à casa que assegurariam um mínimo de segurança. De todo modo, no nosso contexto, o significativo mulher se aproximava da definição de maternidade e, mesmo entendendo que não é uma questão de gênero o cuidado com os filhos e com a casa, esta tarefa ficou mais relegada a nós.

4 OS DIFERENTES INTERESSES DOS PARES RESPONSÁVEIS: BIFURCAÇÃO NO CAMINHO.

Em nossos estudos, os coletivos que compõem a instituição escolar na disputa por projetos distintos na escola ampliam o governo democrático da escola. Neste sentido, na cena política, estamos atentas às participações dos diversos grupos, por consideramos que o desafio do estabelecimento de qualquer ordem não antecede aos sujeitos, ela se desenha e se redesenha pelos atores políticos presentes em cena, na relação controversa das posições de poder em torno de fazer valer uma demanda (MOUFFE, 2015). Assim, parecia fazer sentido que as famílias estivessem interessadas e preocupadas em dimensionar o efeito da pandemia na educação escolar formal de seus

8 Disponível em: 1) <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,producao-cientifica-de-mulheres-despenca-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus,70003306675>; 2) <https://www.aguia.usp.br/noticias/49310/>; 3) <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/produktividade-de-pesquisadoras-mulheres-e-mais-afetada-pela-pandemia>. Acesso em: 02 de jul. 2020.

filhos, na medida em que não havia - e ainda não há - uma possibilidade de alinhamento das políticas educacionais que pudesse atender as especificidades da educação do estado do Rio: a pública, dividida em duas redes, e, o ensino privado. Desse modo, as instituições seguiram por diferentes caminhos e outras questões se colocavam para nós: 1) as atividades escolares deveriam seguir de modo remoto-complementar de forma que os alunos mantivessem algum tipo de contato com suas escolas, e colegas, sem abatimento das horas letivas⁹ que deveriam ser cumpridas em 2020? Ou 2) as atividades escolares deveriam ser remoto-letivas, isto é, considerando o trabalho dos conteúdos escolares através de plataformas e recursos tecnológicos, no sentido de cumprir o ano escolar?

Para nós, pesquisadoras, professoras e mães, o tempo parecia fazer sentido para um aprendizado político: não há direito de aprendizagem que se justifique fora da garantia da vida, ou de uma relação que vá produzir mais desigualdade, quando pensamos na possibilidade de acesso ao conhecimento, que ampliam as fronteiras da diferença em nossa sociedade (CASTRO, 2012; GABRIEL, CASTRO, 2013). Dessa maneira, entendendo que a construção de conhecimento se dá numa relação com o contexto vivido, e que a aprendizagem é um processo contínuo resultante de contextos diversos, optamos por não assumir o ensino remoto para o processo de aprendizagem dos nossos filhos.

Tal opção também esteve relacionada a um cenário de decisões confusas da cena da política educacional fluminense, pouco preocupadas com um planejamento que pudesse propor um diálogo com a comunidade, buscando dar respostas universais às demandas deste outro tempo que, por certo, exigiriam que fossem analisadas novas formas de ensinar e aprender. Atendendo às nossas expectativas, a escola particular de Carolina não aderiu inicialmente ao uso de plataformas. No caso da escola pública de João e Luca, vinculada à rede FAETEC, esta utilizava, desde o dia 23 de março de 2020, uma plataforma pública para a mediação tecnológica, sem o caráter disciplinar. Para a escola, segundo circular distribuída para os responsáveis, o contexto sinalizava uma possibilidade de apropriação das tecnologias da informação e comunicação no compartilhamento de saberes fora do espaço institucional, considerando que ações que permitam usar o recurso tecnológico como mediador de aprendizagem necessitavam de planejamento que não induzam o isolamento humanitário ou desvinculação forçada da instituição. Seguimos de acordo com o campo de estudos na modalidade de educação à distância (EaD), na defesa na qual o planejamento de uma proposta de ensino virtual só ganha relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa, através da consideração do aluno como “centro do processo mediado pelas tecnologias da sociedade da informação, fato esse que leva à necessidade de se investigar como alunos e instrutores, com o uso das novas tecnologias, podem colaborar para gerar novos conhecimentos” (MUGNOL, 2009, p. 339).

Entretanto, passado um mês da pandemia, nas escolas de nossos filhos, surge uma bifurcação dos interesses de nossos pares: nos diversos grupos de mensagens, a comunidade de responsáveis começou a demandar por aulas remotas. O colégio de aplicação na Zona Norte da cidade do RJ, onde João cursa o primeiro segmento do ensino fundamental e Luca finalizaria o segundo segmento, manteve o entendimento de que a reposição seria o caminho seguido. Com tal característica, optou pelo contato pedagógico escola-alunos, reiterando da pauta a manutenção do calendário escolar e desconsiderando que os dias letivos deveriam ser contabilizados junto ao formato de aulas remotas. Isto não implica dizer que as famílias, destinatárias de políticas desta instituição, deixaram de exercer pressão para que o ano letivo fosse adiante de forma remota, para além das atividades pedagógicas complementares. Com justificativas diversas, relativas às especificidades de cada segmento, como é o caso das provas de larga escala para o terceiro ano, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); a necessidade de estabelecer vínculo para os ingressantes que foram aprovados no concurso público, mas não começaram o ano letivo; para os demais como forma de seguir a trajetória escolar para que não deixassem de estudar como normalmente faziam, ou seja o coletivo rogava por uma rotina escolar, como se esta fosse capaz de devolver à vida o grau de normalidade. É válido ressaltar que, nessa escola, as realidades são múltiplas, pois constituem-se por um alunado que rompe as cercanias do bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro. A escola, assim, compõe-se por dife-

9 Estimamos que das 800h letivas previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996 - para a Educação Básica, cerca de 100 horas tenham sido cumpridas presencialmente nas escolas, restando aproximadamente 700h letivas.

rentes classes sociais e a preocupação da instituição, desde o início da suspensão das atividades, considerava que qualquer decisão apressada poderia romper com o princípio da igualdade no acesso aos saberes escolares. Até o mês de julho, a escola manteve sua decisão pelo contato virtual¹⁰. Com vistas a ideia de cumprir uma perspectiva curricular os alunos e responsáveis abriram espaços colaborativos, no propósito de organizar seus estudos.

De outro modo, a escola privada na Baixada Fluminense, onde a Carolina cursa o primeiro segmento do ensino fundamental, tentou, mas não pôde resistir à pressão de seus clientes e das escolas privadas no entorno, as quais prontamente apresentaram soluções *online* para as aprendizagens de sua clientela. Sim, optamos pelo termo clientela para designar aqueles que consomem a educação como direito e como mercadoria e que, desta forma, passam a ser consumidores que desejam e exigem a entrega de um produto, o qual haviam contratado no início de 2020: a educação. Afinal, se a compra na loja virtual chega à residência, o ensino contratado também poderia, e deveria ser entregue pela lógica mercadológica da educação (OLIVEIRA, 2009). Interessante pontuar que havia pouca relevância no fato dos responsáveis não poderem atuar na mediação do ensino *online*. No descompasso entre a exigência e a possibilidade, o importante era que a escola disponibilizasse as melhores, mais modernas e completas plataformas, sem considerar que, neste processo, a casa precisaria, oportunamente, possuir os equipamentos para a objetivação de uma aprendizagem anunciada pela modalidade remota: internet banda larga ilimitada, adulto disponível durante o tempo necessário para o acompanhamento do aluno e conhecimento prévio por parte do adulto que pudesse conduzir o caminho para o acesso do educando às aulas.

5 RELAÇÃO MÃE - FILHOS - ESCOLA: ESTAMOS ESCOLARIZANDO A CASA?

Com a exigência imposta por uma reorganização das atividades cotidianas dentro do espaço domiciliar, resultante da transposição das atividades laborais para a casa, nas tentativas de improvisação de um outro espaço de trabalho compartilhado e da necessidade de realização das atividades escolares - complementares ou letivas - com os filhos, este último aspecto assume relevo para nós na medida em que articula-se às três dimensões que nos identificam: a da mulher-pesquisadora, a da mulher-professora e a da mulher-mãe. Nesta combinação, é possível perceber a dificuldade em transpor a relação materna para a função de conduzir o processo educativo escolar como professoras, pois o fato de sermos educadoras, gestoras escolares, doutorandas, parece não garantir um efeito na relação pedagógica com os filhos, principalmente os menores, que não articulam o par mulher-professora, mantendo aqueles que nos identificam com o trabalho, mulher-pesquisadora, e o outro que está ligado à maternidade, mulher-mãe. Neste sentido, o espaço pedagógico permite outras significações para a mulher numa relação que a identifica como profissional fora dos limites da casa.

Ao contrário, ainda que temporariamente, o isolamento nos coloca como aporia, a necessidade de pensar em formas possíveis de construirmos uma relação que articule a relação mulher-mãe-professora, levando em consideração que os sentidos que serão atribuídos por cada um de nós podem assumir perspectivas distintas, seja para mediar os conteúdos escolares *online* no propósito do cumprimento do calendário escolar, como proposto pela escola de Carolina, ou pelo contato pedagógico tal como assegurado pela escola de João e Luca. Diante de nossas experiências nestes meses de impossibilidade das aulas presenciais, insistimos que os debates sobre planejamento para este novo normal que se estende assumam importância na cena, pois mais problemático que um ano sem aulas, seria um ano em que a relação com os conhecimentos escolares levasse em questão a sua função numa sociedade marcada pela desigualdade social, desconsiderando que estes, na escola que defendemos, podem ser capazes de, nos diferentes grupos sociais, diminuir os privilégios de classe, raça, gênero ou credo (CASTRO, 2012).

10 No início de setembro de 2020 as equipes de professores se reuniram para o planejamento das atividades que seriam estruturadas no Período Acadêmico Emergencial (PAE), no formato virtual. Em 14 de setembro o PAE foi iniciado e, com ele o ano letivo de 2020. Vale ressaltar que no período que antecedeu a esta decisão a escola manteve o contato pedagógico, bem como o atendimento das demandas da comunidade escolar e, junto com a Associação de Pais e Professores (APP), viabilizou auxílio alimentação para famílias em vulnerabilidade social, testagem para Covid aos estudantes e buscou formas de incluir digitalmente os alunos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Daniela Patti; CASTRO, Marcela Moraes. Juventude e participação: o PEE/RJ como efeito da prática da política democrática. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 21, n. 47, 2019.

DE CASTRO, Marcela Moraes. **Sentidos de conhecimento escolar no jogo de linguagem nas políticas oficiais de currículo**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

DE CASTRO, Marcela Moraes; DO AMARAL, Daniela Patti. Estudantes em cena: a ocupação como estratégia política pela gestão democrática no Rio de Janeiro. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 17, p. 3-18, 2019.

DO AMARAL, Daniela Patti. Gestão democrática: questões sobre a gestão escolar em escolas públicas no Brasil e em Portugal. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v.1, p.77-94, 2016.

GABRIEL, Carmen Teresa; DE CASTRO, Marcela Moraes. Conhecimento escolar: objeto incontornável da agenda política educacional contemporânea. **Revista Educação em Questão**, v. 45, n. 31, 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 46.970/2020. **Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação do Novo Coronavírus (Covid-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VGtSbk5VOVVAelZOZWXWFMVtdFJORTVwTURCTIJGcEVURIZKTWsxRWEzUINSVVV5VFdwVmQwMXFRWHBOUkdNeVRWUIZORTVFUlhWtmVsVXdUa0U5UFE9PQ. Acesso em: 30 abr. 2020.

LIMA, Licínio Carlos. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067- 83, 2014.

LIMA, Licínio Carlos. **Quando me falam em escola neutra, eu fico arrepiado, porque ela é mais ideológica do que a outra**. Guilherme Santos, 21, Rio Grande do Sul, abr. 2017.

LIMA, Licínio Carlos. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 15-28, 2018.

LIMA, Licínio Carlos; SÁ, Virgínio; SILVA, Guilherme Rego. O que é a democracia na “gestão democrática das escolas”? In: Licínio Carlos Lima; Virgínio Sá (orgs.). **O governo das escolas: democracia, controle e performatividade**. Braga, Edições Húmus, p. 213 - 258, 2017.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2015.

MUGNOL, Marcio. A educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 27, p. 335-349, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Circular Interna nº 26**, Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e Subsecretaria de Gestão da Rede de Ensino (SUGEN). Divulgação de Plano de Ação Pedagógica. WhatsApp: [PPGE Grupo Pesquisa]. 25 mar. 2020. 15:30. mensagem de WhatsApp.

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.